

AS MÚLTIPLAS DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS THE MULTIPLE DIVERSITY IN EDUCATION: CHALLENGES AND RESISTANCE

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-5

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Edenia Brandão Santos ³
Gracinha Araujo Silva ⁴

RESUMO

Ao se tratar das questões de diversidade logo nos reportamos a três pontos em específico: A diversidade racial, a religiosa e a de gênero. O objetivo do presente artigo é discutir algumas questões relacionadas à essa importante temática, que se faz tão necessária a sua discussão de forma benéfica e construtiva, servindo de suporte para amenizar os entraves da educação na atualidade em especial o preconceito nas suas mais diversas facetas. A metodologia usada foi por meio de fonte bibliográfica, extraindo aquilo que é mais pertinente para elaboração das ideias. Os referenciais teóricos estão alicerçados nos autores que apontam caminhos para amenizar o índice elevado de desrespeito para com a pessoa humana. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade verificar que a educação seja qual for a modalidade deve ser sempre inclusiva e nunca excludente. A conclusão do artigo é mostrar que por meio da educação é possível, sim construir uma educação com mais equidade, através de ações e intervenções realizadas pela escola- família e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Escola; Inclusão; Respeito Mútuo.

ABSTRACT

When dealing with issues of diversity, we immediately refer to three specific points: Racial, religious and gender diversity. The objective of this article is to discuss some issues related to this important topic, which is so necessary to discuss in a beneficial and constructive way, serving as support to alleviate the obstacles to education today, especially prejudice in its most diverse facets. The methodology used was through a bibliographic source, extracting what is most pertinent for developing the ideas. The theoretical references are based on authors who point out ways to alleviate the high level of disrespect towards human beings. The results of this research aim to verify that education, whatever the modality, must always be inclusive and never exclusive. The conclusion of the article is to show that through education it is possible to build an education with more equity, through actions and interventions carried out by the school, family and society.

KEYWORDS: Diversity; School; Inclusion; Mutual respect;

¹ Pós-Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³Graduação Em Licenciatura Em Pedagogia. Faculdade Evangélica Do Piauí, FAEPI. **E-MAIL:** edeniabrandao2011@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4237320967574964

⁴Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** gracinha.araujo.s1980@gmail.com

INTRODUÇÃO

No que concerne a temática diversidade nos seus diversos significados, há muitos equívocos presentes na educação atual, no qual precisa ser debatido e desconstruído para que sejam construídas relações sociais mais harmônicas e menos discriminatórias, como tem sido a nossa realidade.

Ao falar da questão diversidade vêm logo átona, as questões raciais que no Brasil é ainda um grave problema, que requer certa intervenção. E isso até já vem sendo feito por meio de projetos pedagógicos e propostas curriculares das escolas, porém o problema é ainda muito nítido na sociedade. Nesse sentido é preciso que haja maiores investimentos na educação e na reeducação ao de valores e princípios, onde o respeito mútuo as diversidades, seja de certa forma mais aprofundado e cobrado.

Dessa forma, outra diversidade também que merece ser debatida é a religiosas, pois o homem e a religião são dois componentes indissociáveis, onde a escola desde muito cedo deve educar a tolerância e o respeito as mais diversas religiões existentes. Outro ponto a ser discutido nesse trabalho é a diversidade de gênero, que nos últimos anos tem sido uma temática muito delicada, e que a escola precisa está apta para trabalhar com cuidado e cautela todas essas questões.

No Brasil e no mundo essas três diversidades são pontos de inúmeros debates e, que a cada momento precisa ser encarado com ética, dignidade e tolerância. Durante séculos, a diversidade racial, em específico os negros eram tratados como seres inferiores e até mesmo animais por seus senhores. Mesmo depois da chamada Libertação dos escravos entre aspas as questões relacionadas ao preconceito é ainda uma temática muito delicada. Já a diversidade de gênero por anos foi uma questão pouco debatida dentro do espaço escolar, sendo que agora existe uma maior abertura para trabalhar toda essa orientação sexual. Já a diversidade religiosa durante muitos anos desde o Brasil colonial, o que reinava era o

catolicismo europeu, sendo menosprezada todas as demais religiões. Na atualidade existe também uma maior abertura para falar sobre as demais religiões e o seu papel frente a formação do sujeito.

Nesse contexto, a pesquisa constitui-se como objeto de trabalho debater sobre a temática diversidade no sentido racial, de gênero e religioso. Com o objetivo de amenizar o preconceito existente dentro dessas três temáticas.

A respeito da diversidade racial, em especial dos negros, foi criada a Lei 10.639/03, que trata da implementação do ensino de História e Arte Afro-brasileira. O objetivo da lei é destacar o papel social e econômico que os negros desempenham e desempenharam na construção do Brasil, desconstruindo a imagem errônea que os negros, durante séculos, tiveram, sendo vistos apenas como mão de obra para a realização de trabalho braçal.

A respeito da diversidade religiosa já sabemos que o estado brasileiro é laico. Isso significa que há o que chamamos de liberdade religiosa, no entanto falta muita informação sobre essa questão da laicidade. Tema esse que desde muito cedo deve ser inserido dentro do espaço escolar.

A respeito da diversidade de gênero muitos são os manifestos em busca pela igualdade de direitos para pessoas que vivem com pessoas do mesmo sexo, bem como o respeito e aceitação dos mesmos frente a sociedade. O tema principal dessa luta é o reconhecimento da dignidade de grupos excluídos. Porque a falta desse reconhecimento gera a impunidade e a violência.

Tais temáticas que aqui foram apresentadas devem estão inseridas dentro do currículo escolar com o intuito de conscientizar as crianças a respeito de todas essas diferenças que existe dentro da sociedade, bem como o respeito que deve ser dado a todas essas diferenças.

Como metodologia para a realização deste trabalho se deu por meio de

pesquisa de cunho bibliográfico, onde busca-se o conhecimento científico acumulado sobre a temática. A pesquisa buscou analisar a importância da diversidade sob essas três vertentes que é a questão racial, sexual e religiosa, pontos de interesse de todos que constroem a educação.

Dessa forma, teve-se como objetivo fazer uma breve análise sobre esses importantes pontos, trazendo uma discussão benéfica e esclarecedora, para que assim o ambiente escolar, seja um espaço mais acolhedor e menos discriminatório.

A justificativa da pesquisa é perceber a relevância do respeito às diferenças seja elas quais forem, onde desde muito cedo devem ser estimuladas. Reconhecendo e valorizando todo esse conjunto de diferenças com ética, sabendo que a sociedade é sinônimo de pluralidade nos seus mais diversos aspectos. O problema aqui detectado é a prática do racismo e da discriminação que acontece a cada instante, e que é necessário que haja um trabalho mais intensivo em prol do combate do mesmo.

A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação de conceitos e posicionamento de alguns teóricos acerca da diversidade sob a ótica de três pontos específicos. O primeiro capítulo fala sobre a questão racial, que mesmo em um país miscigenado é ainda muito grave a questão do racismo. O segundo capítulo traz uma abordagem sobre a questão do gênero e da sexualidade, uma temática ainda muito complexa e delicada que exige cautela ao trata da mesma. O terceiro capítulo traz uma análise sobre a diversidade religiosa, mostrando os pontos convergentes e divergentes acerca dessa importante diversidade.

A DIVERSIDADE RACIAL

O IBGE Notícias sobre moradores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2016, atualizado em fevereiro de 2019, vemos que o número de pardos autodeclarados cresceu 6,6% e o de pretos,

14,9%, chegando a 95,9 milhões e 16,8 milhões. A relação social de brancos e negros no Brasil, sempre foi algo delicado, pois durante anos o homem negro era visto como um objeto para o trabalho. Essa relação foi construída ao longo dos séculos, e se perpetuou por anos também e, isso é uma questão cultural. Conforme Meksenas (2005), a questão da cultura é um problema delicado para ser trabalho, pois desculturalizar o homem, uma sociedade acerca de uma imagem que foi construída em volta do homem negro, não é uma tarefa fácil. O autor define a cultura aqui como tudo aquilo que resulta da criação humana, onde abrange as dimensões de suas crenças, artes, tecnologia, instituições etc. Gomes (2011, pág.149) afirma que:

A sociedade com personalidade negra sofre com o racismo, como sendo um mito da democracia racial que foi um processo construído historicamente, a cerca de qualquer processo de socialização entre os indivíduos.

Vannucchi (1999) traz em seus estudos as características da cultura popular, sendo que dentro dessas características aparecem os chamados símbolos nacionais. De forma simplificada isso implica que o homem negro durante muitos anos dentro dessa cultura preconceituosa foi símbolo apenas do trabalho braçal, sendo vítima dos maltratos e dos castigos mais cruéis para aqueles que se opunham contra esse sistema escravista. Hoje é importante inserir o negro como um símbolo nacional do trabalho não só no sentido braçal, mas como um ser capaz de assumir outras importantes profissões, que em outrora era apenas exclusividade para a grande elite branca. Rosa (2012, pag.34) menciona que:

As políticas de promoção da igualdade racial podem ser compreendidas como ações públicas ou privadas que visam o combate ao racismo e à discriminação racial, em todas as esferas da vida social, seja por meio de políticas universais,

voltadas à população como um todo, seja por meio de políticas específicas voltadas aos grupos marginalizados e discriminados.

A escola cada vez mais deve abrir espaço para as questões sociais e raciais, onde deve ser exercitados e valorizar e o respeito a diversidade nos seus mais diversos contextos. Analisando a história do Brasil Ribeiro (2008), diz que a participação do negro dentro da formação brasileira, tem três importantes dimensões são fundamentais: a história, a memória e as práticas culturais.

Munanga (2008) apresenta a presença exclusão social e educacional que a população negra vem ao longo dos anos, bem como a cristalização das funções do negro dentro das profissões sempre inferiorizadas com papéis estigmatizados pela sociedade discriminatória. Outro grave problema apresentado pelo autor é a auto rejeição e a baixa autoestima consigo mesmo, um grave problema que requer a intervenção de profissionais dentro de áreas específicas para tratar e mediar esses entraves. E, é papel da escola em meio a tantos desafios que a mesma tem, trabalhar com ações preventivas para evitar o crescimento desse problema, que cada vez mais é comum.

Observando a Constituição Federal, em seu art. 6º: diz que é direito social do sujeito a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (1999, p. 11). Todos esses direitos são previstos em lei, porém na prática não são cumpridos, o exemplo maior é falta de oportunidade para negros dentro do mercado de trabalho e dentro das instituições de ensino, que já traçam em seus currículos de perfil características totalmente discriminatórias, onde o negro na grande maioria das vezes não se encaixariam jamais. Essa realidade acontece a cada instante como provas as estatísticas do IBGE (2017) que aponta que 63,7% dos desempregados no Brasil são negros ou

pardos. Na prática isso significa o número absurdo 13 milhões de pessoas. E mesmo os que estão empregados são vítimas de salários inferiores em relação aos brancos recebendo, em média, R\$ 1.531,00.

Isso prova mais uma vez que durante toda a história do Brasil, a população negra sempre foi vítima da negação dos direitos mais importantes. Então, a escola e a sociedade, a família deve atuar como agentes ativos de combate a toda essa problemática que em hipótese alguma deve acontecer. Uma vez que, vivemos em um país miscigenado em que a população negra, segundo o IBGE em 2014 representava 54% da população do país.

Observando os PCNs (BRASIL, 1997) orienta que a escola tem o papel de construir a cidadania, e a valorização da cultura. Isso é muito válido, porque não se constrói a cidadania de um povo sem a base inicial que é o respeito mútuo às diferenças existentes dentro dessa sociedade. Nesse sentido isso quer dizer que é necessário propiciar às crianças desde muito cedo que existe diferentes grupos sociais, e que cada um deles tem suas diferenças e especificidades, sendo necessário aceitar e repetir as escolhas e decisões que algumas pessoas tomam. E que as características físicas referente a cor de pele não torna as pessoas inferiores ou menos valorizadas frente a sociedade.

Para Fonseca (2007) tratar dos problemas sociais que envolvem a figura do homem negro, é uma árdua tarefa, porém é de fundamental importância, pois no Brasil, os negros formam os responsáveis por sustentar o crescimento econômico do país, gerando lucros para os senhores brancos, pois é impossível construir um país sem o suor do rosto. E esse mérito deve ser dado e atribuído aos negros, que de forma árdua e desumana fez esse país crescer.

A questão racial é um problema delicado que fere fisicamente e emocionalmente e que a escola, família e sociedade devem atuar em conjunto e subsidiado pela Lei 10.639/03, dar sua parcela de contribuição em prol de uma sociedade mais justa e menos preconceituosa. Assim sendo, Munanga (2008),

diz que a luta contra o racismo é um processo de superação que deve iniciar no ceio familiar e se propagar pela Escola e, dar continuidade por todas as instancias da sociedade.

Uma das estratégias para fazer esse árduo trabalho de superação é apontado por Ribeiro (2008), que fala da importância de focar no estudo da História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas com maior profundidade, pois a educação é sem sombras de duvidas um processo moldador que vai lapidando o sujeito, tornando pessoas melhores e com uma nova postura frente a sociedade e os seus problemas.

Já Kronbauer e Troer (2009), propõe que a educação deve estar alicerçada no educar para a convivência na diversidade, isso sendo consolidado, teremos resultados bem maiores, pois se desde pequenos fossemos estimulados a conviver com as diferenças e diversidade, não teríamos tantos problemas que vemos na sociedade contemporânea. Assim, sendo é necessário cuidar de nossas crianças de hoje que serão o futuro do amanhã.

A luta pela igualdade não é de hoje, e se deu inicio há muito séculos atrás, quando os negros oprimidos lutavam por melhores condições de vida e de trabalho. Muitas manifestações e movimentos sociais negros surgiram em prol de uma equidade entre brancos e pretos. Após muitas lutas como resposta por da aprovação da Lei 10.639/03 pelo governo do presidente Lula. Uma conquista, mas que ainda não é suficiente, pois falta maior fiscalização e real cumprimento dessa importante lei. Essa importante lei mostra que a educação deve ter como princípios: A igualdade, a liberdade, e o respeito às diferenças. Assim, teríamos uma educação muito mais inclusiva e realmente mais democrática.

O currículo escolar já trás em seu conteúdo a questão da diversidade nas suas mais diversas variáveis, porém ainda muito de forma superficial. É necessário que haja a ampliação de políticas públicas educacionais que priorizem muito mais essa questão tão importante

para o maior êxito da educação brasileira. Na visão de Moreira (2008) O currículo constitui-se em um instrumento significativo para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos. Realmente o currículo é tudo isso, porém deve está apoiado com outras importantes ações e intervenções que em conjunto fará de fato a educação fluir. Nesse caso em especifico é necessário ampliar o currículo para um trabalho especifico com as famílias. Porque o preconceito nasce inicialmente por parte daqueles que convivemos diariamente. Então, é necessário articular ações precisas na raiz do problema com o objetivo de amenizar esses entraves sociais.

É preciso desconstruir a imagem que a função da escola é apenas transmissora de conteúdo. O seu papel enquanto instituição vai muito alem como confirma Nascimento (2008), um dos defensores que diz que a Educação escolar deve acima de tudo assumir a postura da diversidade, seja ela qual for. Na prática isso significa que é de fundamental importância reconhecer e valorizar as diferenças étnico-raciais existentes dentro da sociedade. Assim, sendo a escola deve propiciar discussões benéficas sobre essa temática, promovendo as condições básicas para que aconteça a troca do reconhecimento entre tais diferenças, bem como o exercício continuo do respeito para com o outro.

A educação escolar dentro da temática diversidade deve atuar logo no inicio da formação da identidade e do caráter do sujeito. Como confirma Hall (2006) que esclarece que é dentro da identidade do sujeito que vai ser desenvolvido características preconceituosas e egoístas. E isso está dentro de cada um de nós. Então o processo escolar deve priorizar inicialmente na educação infantil, que é onde as crianças se encontram nesse estagio de desenvolvimento e se estender pelos demais anos do processo escolar.

Essa questão do preconceito racial é muito complexa, pois hoje a mesma escola que luta por formar um sujeito que respeitem as diversidades. Foi durante muitos anos discriminatória e racista e seletiva como

confirma Carvalho (2008) ao falar que a instituição escolar foi organizada dentro de uma estrutura organizacional etnocêntrica, do século XIX, onde prevalecia nessa época as mais diversas práticas discriminatórias e racistas pelo espaço social. Nesse sentido entende-se que é um processo árduo para transformar a visão preconceituosa de mundo que muitos construíram ao longo dos anos. Esse processo requer tempo e muitas articulações para que pouco a pouco os resultados sejam perceptíveis.

Por meio da Lei 10.639/03 o currículo escolar tornou-se mais aberto e inovador, dando oportunidade para que determinados valores sejam inseridos e trabalhados, principalmente a valorização do homem negro dentro da sociedade.

Segundo Libâneo (2003), para lidar com maior eficiência dentro da temática diversidade, seja ela qual for é preciso preparar esses profissionais de educação por meio de formações continuadas, pois o preconceito racial, sexual e religioso, está presente nas ações que muitos professores realizam dentro do seu agir docente. Isso significa que para que haja maior eficácia dentro desse trabalho de respeito mútuo as diferenças, Libâneo (2003) aponta que é necessário conhecer de forma mais aprofundada o contexto social, econômico, político e cultural do indivíduo, pois, de tratando de Brasil essa riqueza de diversidade é muito rica e em cada região do país existe suas especificidades, das quais devem ser compreendidas e respeitadas. A falta desse autoconhecimento sobre a realidade em que nossos alunos vivem tem sido um dos muitos impedimentos que torna o processo educativo defasado, pois como intervir sabiamente, se não se conhece o problema de forma precisa.

Conhecer as questões relacionadas à diversidade deve aparecer como um fator prioritário para uma melhor ação e intervenção docente, como confirma Souza (2009), ao se referir que formação inicial e continuada para esses docentes tem o objetivo central de capacitar tais profissionais a compreender a vivência

dos diferentes paradigmas da diversidade existentes nesse país, que é ao mesmo tempo é tão multipluralista.

A diversidade cultural é um processo que requer também uma atenção especial, pois diante de Munanga (2006), o processo cultural é definido como um estágio dinâmico, que é responsável pela construção da identidade cultural do sujeito, daí surge a relevância que haja um profundo trabalho sobre as questões sócio culturais do sujeito dentro de suas distintas realidades.

A DIVERSIDADE SEXUAL.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. (PNUD, 2003, p. 1)

A educação em todas as suas instâncias tem o grande desafio de promover a igualdade de gênero, e isso significa um árduo trabalho, do qual ainda existe muita resistência e preconceito em volta de toda essa temática. A educação hoje precisa direcionar políticas educacionais de combate às desigualdades de gênero e sexualidade, porque ainda existe muita desinformação e muito tabus a serem quebrados.

A pesquisadora Deborah Britzman (1996) em seus estudos diz que a cultura escolar, está alicerçada dentro da heterossexualidade, pois diante do tradicionalismo das famílias isso é tido como algo normal e natural. Por outro lado, vemos que a realidade não compreende só as questões da heterossexualidade. A

realidade é eu existo outra realidade que são indivíduos que apresentam comportamento voltados para a homossexualidade e demais variantes que se segue dentro do mesmo campo. E, isso deve ser encarado e trabalhado dentro do contexto escolar, valorizando o sujeito pelo que ele é, e não o julgar ou excluí-lo pela opção sexual que tem.

Dinis, (2008) fala que a questão da homossexualidade em específico gays e lésbicas sofrem inúmeras situações de discriminação e rejeição. Onde a sociedade na grande maioria das vezes tem esse público em específico como pessoas perigosas, predatórios e contagiosos. E, é aí que a escola deve ser atuante para trabalhar que independentemente da opção sexual que tenham, são seres humanos, e que merecem respeito dentro da sociedade em que estão inseridos.

Diante de Louro (2003), é comum o erro das escolas se hesitarem em debater as questões de gênero e sexualidade. Porque são pontos muito íntimos e pessoais. E que na grande maioria das vezes não tem o profissional apto para trabalhar todas essas questões de uma forma que não venha magoar, constranger o sujeito. Então é necessário que haja uma qualificação específica para tais educadores, direcionando o caminho a ser trabalhado dentro dessa importante discussão.

A UNESCO em (2002) revelou por meio de uma pesquisa pais e professores não estão preparados para lidar com assuntos referentes às questões da diversidade de gênero e de sexualidade. E isso é uma realidade, pois essa falta de tato, resulta em conflitos e feridas que se abem ferindo o psicológico, o moral, e o emocional do sujeito. Dados da UNESCO (2002) diz ainda que o preconceito na forma da homofobia tem sido crescente na sociedade. E, isso se refere tanto a pais como alunos que não gostariam de ter um aluno homossexual dentro da sala de aula ou no convívio deles. Isso é resultado da falta de uma educação, uma reeducação de valores e princípios e de uma conscientização acerca da diversidade que existe dentro da sociedade. Então, é papel da escola tentar amenizar e desconstruir essa

imagem que foi construída, e que tanto exclui, fere, magoa e constrange o indivíduo.

Combater o preconceito nas suas mais diversas facetas é um grande desafio. Outro grave problema nesse sentido é a resistência em não aceitar a nova realidade que temos. De acordo com Candau (2008) em um de suas obras intitulada de As tensões entre a igualdade e diferença, diz que mais da maioria das pessoas não preferem tratar das questões de gênero e de sexualidade dentro da sala e, também fora dela. Sendo, assim fica impossibilitado um trabalho exitoso de combate ao preconceito de gênero, pois se não há abertura para uma discussão benéfica, o preconceito e a discriminação só se fortalecem dia a após dia.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica –DCE, 2008 é de obrigatoriedade que dentro do ambiente escolar, haja o respeito mútuo à etnia, raça, geração, ao sexo e gênero. Em contrapartida não realidade não condiz a isso, percebe-se que esse público vem sofrendo muito com afrontas, zombarias e situações vexatórias e constrangedoras. Isso implica que a escola, a sociedade e as famílias precisam ser reeducadas para que haja o respeito às diferenças.

Segundo Dinis (2008) o Brasil, tem demonstrado uma maior abertura para tratar das discussões sobre a diversidade sexual e de gênero. E essa abertura é um importante canal para que sejam trabalhados o respeito e a tolerância com o intuito de incluir e não de excluir esse público que na grande maioria se sentem fora do contexto social. Sendo assim, o caminho é ainda a conscientização, onde a escola, a família e a sociedade no geral devem abrir um espaço democrático e aberto para as temáticas de gênero e sexualidade. Na educação tais temáticas, não devem ser mais um tabu. E sim um importante trabalho que deve ser executado com sabedoria e respeito.

Para Vianna e Silva (2008), é papel da escola e do familiar ampliar os conceitos de sexualidade dentro do convívio cotidiano, pois essa amplitude abrirá espaço para o diálogo e para uma conscientização. Isso em

outrora era papel só dos profissionais da saúde. No entanto cabe agora que todos deem sua parcela de contribuição na formação da identidade sexual do sujeito e, isso inclui a escola, a família, a igreja e a sociedade como um todo.

O objetivo maior da educação deve ser sempre o de Educação Inclusiva, e ser inclusiva significa também conviver com as diferenças sexuais. Para isso é preciso combater a cultura errônea de uma sociedade sexista e homofóbica, como tem sido a visão e a postura de muitos frente a essas diversidades. Observando a Constituição Brasileira de 1988, assegura, no seu texto, o direito de “ser” a todas as crianças brasileiras. Simplificando essa frase o direito de “ser”, significa também o espaço para escolher a opção sexual que queira. Decisões e escolhas devem ser respeitadas, desde que não venha infringir a lei e ao outros.

A Declaração de Salamanca (1994) dá uma ênfase importante para o exercício da Educação Inclusiva que está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas sem discriminar a opção sexual características que são específicas de cada indivíduos ou grupos humanos, e isso inclui a opção sexual que ele ou ela tem optado.

No Brasil e no mundo vem sendo feitas várias Conferência Mundiais de combate a discriminação de gênero. Nesse sentido no Brasil em outubro de 2001, foi criado O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Mesmo assim, ainda há um árduo trabalho a ser feito, pois os obstáculos ainda são grandes no que se refere a orientação sexual. Que tem sido uma temática tão complexa e polemica, mas que com cuidado e cautela deve ser abordado e trabalhado.

A UNESCO em 2004 traçou importantes ações com o intuito de diminuir a discriminação por orientação. Já em 2002, foi criada a segunda versão do Plano de Direitos Humanos (PNDH II), onde o Governo Brasileiro dedica uma seção, com 16 programas de combate a discriminação por orientação sexual. Todo esse

importante trabalho é benéfico e proveitoso, porém outras ações devem ser realizadas em prol de um maior êxito nesse processo de construção de respeito às diversidades, a exemplo programas específicas para as famílias, pois o preconceito nasce inicialmente no seio familiar e, acaba sendo disseminado para os filhos.

Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) uma importante ação que tem desenvolvido ações no âmbito da educação e orientação sexual, tendo como objetivo inicial constituir uma educação muito mais inclusiva, e menos sexista e homofóbica como temos visto na atualidade. Esse importante programa contava também com a distribuição de material didático para a formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade. Isso implica que ações como essa devem ser ampliadas e com a meta de alcançar um público cada vez maior.

Quartiero (2008) é também um dos defensores do respeito à diversidade sexual, mostrando que é preciso desenvolver uma postura respeitosa frente às diferenças relativas a orientação sexual e a construção da identidade de gênero do sujeito, cabendo a escola cada vez mais dá o suporte para que esse trabalho seja realizado com excelência, sem constrangimento e com um dialogo aberto. Nesse sentido Brasil (2007), aponta que um importante caminho a ser trilhado é a criação de políticas de inclusão, que sejam eficientes na discussão dessas questões de gênero e de sexualidade, que envolve tanta complexidade, exigindo cautela para tais temas sejam abordados com ética e respeito.

As questões de gênero é um tema de grande relevância que O CNE juntamente com a nova BNCC, abre um espaço para aprofundar os debates sobre sexualidade e orientação sexual. O MEC junto com nova BNCC (2016) enfatiza que o respeito aos indivíduos deve existir “sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza”. Hoje com as novas reformulações a nova BNCC é enfática em dizer a educação deve acontecer em todas as instancias “sem

preconceitos de qualquer natureza”. E, na prática isso deve acontecer com a parceria de todos que constroem a educação nesse país

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar de diversidade racial, logo nos reportamos as nossas raízes étnico-racial e cultural tais como a indígena, negra e a europeia. E percebemos a grande riqueza que se tem para ser investigada e trabalhada dentro do contexto escolar.

Assim, estudar a diversidade na educação significa mergulhar a fundo na história da educação brasileira, com enfoque de compreender toda essas especificidades e ao mesmo tempo incentivar o respeito e a tolerância em meio a tantas diferenças e diversidades.

Sendo assim, é preciso que haja um currículo escolar plural, que contemple as questões de gênero, raça e religião sem ferir o físico e o emocional do sujeito, estabelecendo uma relação respeitosa e harmônica dentro de cada realidade.

A proposta final desse estudo foi refletir sobre essa importante temática com o intuito de se construir um melhor trabalho pedagógico dentro da sala de aula, onde esses três pontos aqui seja aqui apresentados, sejam respeitados e que conflitos sejam amenizados, a partir de uma conscientização, ou uma educação acerca das diversidades existentes dentro da sala de aula, dentro da sua cidade, dentro do seu país.

Por último, em resposta ao objetivo inicial e a situação problema aqui proposta, conclui-se que o objetivo foi atingido, pois a partir dessa discussão foi possível refletir sobre a temática, desconstruindo a visão preconceituosa de que é possível construir uma educação mais inclusiva e menos excludente, desde que haja uma consciência crítica e respeitosa aguçada e, acima de tudo afetiva e humana para com o outro. Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam realizados dentro dessa importante temática, para que sejam

aprofundados outros aspectos que estão contextualizados com a temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Temas transversais. Brasília, v.10,1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Brasil Sem Homofobia (BHS) - Ministério da Saúde 2004, Ministério Saúde/Conselho/Nacional de Combate à Discriminação. Programa de Combate à Violência e à Discriminação**. Temas transversais. Brasília, v.10,2004

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: dez.2016.

BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD 4. Secretaria da Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade. 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho nacional de Combate a Discriminação (CNCD) para o Educação básica**. Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL, **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. 52 p.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. D.O.U de janeiro de 2003.
- BRASIL, Lei 9.459/1997, que considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões. **Cartilha da Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e contra a Intolerância Religiosa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITZMAN, D. **O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Série Antropologia n. 395, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- DINIZ, N.F. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 29, n.103, p. 477-498, 2008.
- FONSECA, V. M. **A Arte de Construir o Invisível: O Negro na Historiografia Educacional Brasileira**. SBHE. Ed. Autores Associados. Jan./Abr. Ano 2007. Nº 13. São Paulo.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade: tradução Tomaz Tadeu da Silva**, Guacira Lopes Louro-11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise da taxa de porcentagem da população negra no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das Condições trabalhistas de vida da população negra brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- KRONBAUER, S., C. G.; STROHER, M. J. (Org.). **Educar para a Convivência na Diversidade: Desafio à Formação de Professores**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação Revista Brasileira de Educação 2003 p. 81, *ibid.*, p.172.
- LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOURO, G. **A Construção Escolar das Diferenças**. In: Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis, Vozes, 1997.
- MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação: Introdução ao Estudo da Escola no Processo de Transformação Social**. São Paulo. Edições Loyola, 2005.
- MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo: Questões atuais**. Campinas, São Paulo, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**:São Paulo: USP. 2008.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília. 2ª Edição. MEC. SECAD.2006.
- NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Cultura em Movimento**. Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. (Sankofa: cultura brasileira-2) São Paulo, Selo Negro, 2008.
- QUARTIEIRO, E.T. **A Diversidade Sexual na Escola: produção de subjetividade e políticas públicas**. Tese (Doutorado) UFRS, Instituto de Psicologia, programa de Psicologia Social. Porto Alegre-RS. 2009.
- ROSA, Barbara Silva. **A influência dos fóruns de educação e diversidade étnicoracial na implantação da política de promoção da igualdade racial**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Programa de Pós-Graduação em Administração Mestrado Profissional em Administração Pública p.34, Brasília 2012
- RIBEIRO, C. D.O **Éthos do Sujeito Negro na Literatura Brasileira**. Estudos Semióticos.Dietrich. Número 4, São Paulo, 2008.
- SOUZA, Arivaldo. **Racismo institucional: para compreender o conceito**. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros*, v.1, n.3, nov. 2009.
- UNESCO. Declaração de Salamanca: **sobre princípio política e prática em educação especial**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação, gênero e sexualidade para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 2004. Disponível em<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 20/6/2009.
- UNESCO. **Políticas públicas voltadas para igualdade de gênero**. Brasília: UNESCO, 2002.
- VANNUCCHI, A. **Cultura Brasileira: O que é, como se faz**. Edições Loyola. Universidade de Sorocaba. 4. Ed. São Paulo Brasil, 1999.
- VIANNA, C.; SILVA, C. R. **Gênero e Sexualidade: mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação**. Revista Educação. Especial Grandes Temas. São Paulo-SP: Editora Segmento, Março 2008.